



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

**PREGÃO ELETRÔNICO**

90001/2026

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

UASG 926349

**OBJETO**

Contratação de empresa especializada em serviços de saúde e segurança do trabalho (SST).

**VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO**

R\$ 51.646,87

**DATA DA SESSÃO PÚBLICA E LOCAL**

Dia 16 de março de 2026, às 08h (Horário de Brasília)

[www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)

**CRITÉRIO DE JULGAMENTO**

Menor preço

**MODO DE DISPUTA**

Aberto

**EXCLUSIVO ME / EPP / EQUIPARADAS**



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª  
REGIÃO – CREFITO-8**

**EXCLUSIVO ME / EPP / EQUIPARADAS**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90001/2026**

Processo de Licitação Administrativo SEI nº 08.0807.000141/2025-42

Torna-se público que o Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8, sediado na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, Curitiba / PR, por meio do Departamento de Licitações e Contratos, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133 de 2021 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

**1. OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de saúde e segurança ocupacional, abrangendo, de forma contínua, atividades de medicina ocupacional, engenharia de segurança do trabalho, ergonomia, avaliação psicossocial, elaboração, atualização e gerenciamento do programa de gerenciamento de riscos (PGR), do programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), do laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT), de laudos de insalubridade e periculosidade, bem como a realização de treinamentos obrigatórios e demais serviços correlatos, com disponibilização de sistema informatizado de gestão ocupacional e integração automática das informações ao eSocial, para atendimento das unidades administrativas do CREFITO-8, conforme condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência e seus anexos.

**2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO**

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras](http://www.gov.br/compras)).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento do SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item 2.1 e, mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que tornem desatualizados.

2.3.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

2.4. Poderão participar do certame empresas enquadradas nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

2.4.1. A obtenção do benefício a que se refere o item anterior, fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresas de pequeno porte.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no art. 16, da Lei nº 14.133/2021, para o microempreendedor individual – MEI, nos limites previstos na Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto nº 8.358/2015, bem como para bens e serviços produzidos com tecnologia produzida no país e bens produzidos de acordo com processo produtivo básico, na forma do art. 3º da Lei nº 8.248/1991 e do art. 8º do Decreto nº 7.174 de 2010.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos.

2.6.2. Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

2.6.3. Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele necessários.

2.6.4. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

2.6.5. Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

2.6.6. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

2.6.7. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do Edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

2.6.8. Agente público do órgão ou entidade licitante.

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, atuando nessa condição.

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato, agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição ou outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ  
sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, da execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviços que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.8 entende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

### 3. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

3.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

3.3. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

3.3.1. Está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório.

3.3.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição.

3.3.3. Não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal.

3.3.4. Cumpre as exigências da reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.4. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 16 da Lei nº 14.133/2021.



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

3.5. O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observando o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133/2021.

3.5.1. No item para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

3.5.2. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

3.6. A falsidade na declaração de que trata os itens acima, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133/2021 e neste Edital.

3.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

3.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

3.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

3.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

3.10.1. A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta.

3.10.2. Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitando o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

3.11. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

3.11.1. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço.

3.11.2. Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

3.12. O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 3.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

3.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

3.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, e posterior envio do Anexo IV – Termo de Proposta, informando os seguintes campos:

4.1.1. Especificação;

4.1.2. Quantidade;

4.1.3. Valor total;

4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

4.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

4.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

4.7. Na presente licitação, a microempresa e a empresa de pequeno porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

4.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

4.9. O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta)** dias, a contar da data de sua apresentação.

4.10. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

4.10.1. Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos no item 3.8.

4.11. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados, pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

### 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES





CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- 5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 5.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre Pregoeiro e os licitantes.
- 5.4. Iniciada a etapa de competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 5.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 5.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 5.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **R\$50,00 (cinquenta)**.
- 5.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 5.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 5.11. Sendo adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 5.11.1. A etapa dos lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
- 5.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
- 5.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.12. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- 5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.15. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.18. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa dos lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.535/2015.

5.18.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance, serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

5.18.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

5.18.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

5.18.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

5.19. Será assegurado o direito de preferência previsto no art. 3º da Lei nº 8.248/1991, conforme procedimento estabelecido nos artigos 5º e 8º do Decreto nº 7.174/2010.

5.19.1. As licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte que fizerem jus ao direito de preferência previsto no Decreto nº 7.174/2010, terão prioridade no exercício desse benefício em relação às médias e às grandes empresas na mesma situação.

5.20. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

5.21. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

5.21.1. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

5.21.2. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.





## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

5.21.3. A negociação será realizada **SOMENTE** por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

5.21.4. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

5.21.5. O pregoeiro solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

5.21.6. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

5.22. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## 6. DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3 do Edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante consulta aos seguintes cadastros:

6.1.1. SICAF.

6.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis)).

6.1.3. Cadastro nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria Geral da União ([www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep](http://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep)).

6.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

6.3. Caso conste na consulta de situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude, por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

6.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.4. Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME / EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 3 e 4 deste Edital.

6.6. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e seus anexos, observado o disposto no art. 29 a 35 da IN SEGES nº 73 de 30 de setembro de 2022.

6.7. Será desclassificada a proposta vencedora que:

6.7.1. Contiver vícios insanáveis.

6.7.2. Não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

6.7.3. Apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para contratação.

6.7.4. Não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração.

6.7.5. Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos.

6.8. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas, valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.8.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

6.8.1.1. Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta.

6.8.1.2. Inexistem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de planilha de custos e formação de preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.12. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.13. Considera-se erro no preenchimento da planilha, passível de correção, a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.14. Para fins de análise da proposta, quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.15. Caso o Termo de Referência exija a apresentação do objeto para vistoria de aceitação, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

6.16. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação do objeto para vistoria de aceitação, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.17. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.18. No caso de não haver entrega do objeto para vistoria de aceitação ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo pregoeiro, ou havendo entrega do objeto para vistoria de aceitação fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.19. Se o objeto para vistoria de aceitação apresentado pelo primeiro classificado não for aceito, o pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação do objeto para vistoria de aceitação e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

### 7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133/2021.

7.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no país, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresas estrangeiras que não funcionem no país, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no país e apostilados nos termos dispostos no Decreto nº 8.660 de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcios de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 10% (dez por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia autenticada.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitidos por órgãos ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da Lei nº 14.133/21.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes da data de entrega das propostas.

7.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

7.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais, quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ  
proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.12. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões, constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF, serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **04 (quatro) horas úteis**, contado da solicitação do pregoeiro.

7.13. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.13.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem no Termo de Referência, somente serão exigidos em qualquer caso, no momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência para Lei nº 14.133/21 e IN 73/2022.

7.14.1. Complementação de informações acerca dos documento já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame.

7.14.2. Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recolhimento das propostas.

7.15. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente Edital, observando os prazos nele descritos.

7.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao Edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.18. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

## 8. DOS RECURSOS

8.1. A interposição de recursos referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

8.2. O prazo recursal é de **03 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

8.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

a) A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

b) O prazo para manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

c) O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

8.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

8.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

8.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

8.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

8.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

8.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

8.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Sede do CREFITO-8.

## 9. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

9.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

9.1.1. Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

9.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

9.1.2.1. Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação.

9.1.2.2. Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível.

9.1.2.3. Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva.

9.1.2.4. Deixar de apresentar objeto para vistoria de aceitação.

9.1.2.5. Apresentar proposta ou objeto para vistoria de aceitação em desacordo com as especificações do Edital.

9.1.3. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta.

9.1.3.1 Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

9.1.4. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

9.1.5. Fraudar a licitação.

9.1.6. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

9.1.6.1. Agir em conluio ou em desconformidade com a Lei.

9.1.6.2. Induzir deliberadamente ao erro no julgamento.

9.1.6.3. Apresentar objeto para vistoria de aceitação falsificada ou deteriorada.

9.1.7. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.1.8. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.





## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.2. Com fulcro na Lei nº 14.133/2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e / ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

9.2.1. Advertência.

9.2.2. Multa.

9.2.3. Impedimento de licitar e contratar.

9.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

9.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida.

9.3.2. As peculiaridades do caso concreto.

9.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes.

9.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

9.4.1. Para as infrações previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

9.4.2. Para as infrações previstas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado.

9.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

9.6. Na aplicação da sanção de multa, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

9.7. A sanção de impedimento de licitar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 03 (três) anos.

9.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 9.1.4, 9.1.5, 9.1.6, 9.1.7 e 9.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 9.1.1, 9.1.2 e 9.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133/2021.

9.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME nº 73/2022.

9.10. A apuração de responsabilidade, relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contato



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ  
da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

9.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data de intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

9.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.14. A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

## 10. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

10.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidades na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até **03 (três) dias úteis** antes da data de abertura do certame.

10.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial, no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data de abertura do certame.

10.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo seguinte meio: [dlc@crefito8.gov.br](mailto:dlc@crefito8.gov.br).

10.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

10.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

10.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## 11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

11.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

11.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública, observarão o horário de Brasília – DF.

11.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

11.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

11.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

11.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

11.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

11.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no endereço eletrônico: [www.crefito8.gov.br](http://www.crefito8.gov.br).

11.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

- a) Anexo I – Termo de Referência;
- b) Anexo II – Estudo Técnico Preliminar de Contratação;
- c) Anexo III – Minuta de Contrato;
- d) Anexo IV – Termo de proposta.

Dra. Monica Mello de Macedo Ignácio  
Vice - Presidente



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**SERVIÇO INTEGRADO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

**1.1** O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de Saúde e Segurança Ocupacional, abrangendo, de forma contínua, atividades de Medicina Ocupacional, Engenharia de Segurança do Trabalho, Ergonomia, Avaliação Psicossocial, elaboração, atualização e gerenciamento do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), de laudos de insalubridade e periculosidade, bem como a realização de treinamentos obrigatórios e demais serviços correlatos, com disponibilização de sistema informatizado de gestão ocupacional e integração automática das informações ao eSocial, para atendimento das unidades administrativas do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE	QTDE	VALOR TOTAL
1	Medicina / Engenharia Trabalho - Planejamento / Controle	8800	Unidade (serviço)	1	R\$ 51.646,87

**1.2 Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade**

**1.2.1** O serviço de Saúde e Segurança Ocupacional objeto desta contratação são classificados como serviço **comum**, nos termos do art. 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021, uma vez que seus padrões de desempenho, qualidade, métodos de execução e resultados esperados podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, amplamente praticadas por empresas especializadas no setor.

**1.2.2** A classificação como serviço comum fundamenta-se na padronização técnica das atividades de Medicina do Trabalho, Engenharia de Segurança, Ergonomia e Avaliação Psicossocial, conforme Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como na ampla oferta de mercado apta a executar o objeto, permitindo o julgamento das propostas pelo critério de menor preço.

**1.3 Classificação do objeto quanto ao modelo de execução**

SERVIÇO INTEGRADO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**1.3.1** A contratação será realizada com **disputa por preço global**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, considerando o valor total estimado para o período contratual.

**1.3.2** A execução do objeto ocorrerá de forma contínua, sob o **regime de empreitada por preço unitário (mensal)**, conforme art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, abrangendo todas as atividades necessárias à prestação regular dos serviços contratados, incluindo avaliações técnicas, visitas presenciais, atendimentos remotos, elaboração de documentos, relatórios, laudos, treinamentos, suporte técnico e integração de dados ao eSocial.

**1.3.3** Embora a disputa ocorra por preço global, a execução contratual será operacionalizada conforme cronograma a ser definido, com pagamentos mensais, correspondentes ao valor unitário mensal contratado.

**1.3.4** Esse modelo justifica-se pela natureza contínua do objeto, que exige acompanhamento permanente, permitindo maior controle da execução, transparência na fiscalização e adequação do desembolso financeiro à efetiva prestação dos serviços, sem prejuízo da competitividade assegurada pela disputa por preço global.

## 1.4 Padrão de Execução e Escopo Geral

**1.4.1** Os serviços deverão ser executados de forma contínua e integrada, observando-se integralmente as disposições das Normas Regulamentadoras nº 01, nº 07, nº 09 e nº 17 do Ministério do Trabalho e Emprego, bem como demais legislações trabalhistas, previdenciárias e de saúde ocupacional aplicáveis.

**1.4.2** O escopo dos serviços compreende, no mínimo:

- a) Elaboração, atualização e gerenciamento do PGR, PCMSO, LTCAT e laudos de insalubridade e periculosidade;
- b) Avaliação e gerenciamento dos fatores de risco psicossociais, nos termos do capítulo 1.5 da NR-01;
- c) Realização de exames ocupacionais e acompanhamento médico do trabalho;
- d) Execução de treinamentos obrigatórios, inclusive posturais, ergonômicos e de combate a incêndio;
- e) Disponibilização de sistema informatizado de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho;
- f) Integração automática das informações e eventos de SST ao eSocial;
- g) Atendimento e suporte técnico remoto contínuo.

## 1.5. Local de Execução

Os serviços serão executados nas unidades administrativas do CREFITO-8, localizadas nas cidades de Curitiba (sede e subsede), Londrina, Maringá e Cascavel, podendo incluir atividades remotas, sempre que compatíveis com a natureza do serviço, sem prejuízo da qualidade, segurança e confidencialidade das informações.





## **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

### **1.6. Vigência Contratual**

**1.6.1** O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura ou da publicação do extrato do contrato, conforme o caso.

**1.6.2** A vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente por iguais períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e haja disponibilidade orçamentária.

**1.6.3** A contratação caracteriza-se como prestação de serviço continuado, considerando a necessidade permanente de manutenção das condições de saúde e segurança do trabalho no âmbito do CREFITO-8 e o cumprimento contínuo das obrigações legais trabalhistas.

### **1.7. Valor Estimado**

O valor global estimado da contratação é de aproximadamente **R\$ 51.646,87 (cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos)**, apurado com base em pesquisa de preços disponível no **Painel de Preços do Governo Federal**, considerando contratações similares e parâmetros de mercado para a prestação de serviços integrados de Saúde e Segurança Ocupacional, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta o presente Termo de Referência.

### **1.8 Penalidades**

O descumprimento das condições contratuais poderá resultar na aplicação de penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021, incluindo advertência, multa e, se necessário, rescisão contratual.

### **1.9 Especificações**

As especificações detalhadas dos serviços contratados, bem como as obrigações das partes envolvidas, estão descritas nos itens subsequentes deste Termo de Referência.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

### **2.1 Fundamentação Técnica**

A presente contratação fundamenta-se na necessidade de assegurar a conformidade do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8 às disposições legais e normativas aplicáveis à Saúde e Segurança do Trabalho, em especial às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego. Destaca-se a Norma Regulamentadora nº 01, atualizada pela Portaria MTE nº 1.419/2024, que introduziu a obrigatoriedade de identificação, avaliação e gerenciamento dos fatores de risco psicossociais no âmbito do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), impondo novas exigências técnicas e operacionais às organizações públicas.

### **2.2 Origem da Demanda**



## **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

A demanda pela contratação dos serviços integrados de Saúde e Segurança Ocupacional tem origem na análise realizada pela área administrativa e de gestão de pessoas do CREFITO-8 acerca do contrato atualmente vigente e da evolução das exigências normativas aplicáveis à matéria. No acompanhamento rotineiro das ações de Saúde e Segurança do Trabalho, foram identificadas limitações no escopo contratual então existente, especialmente quanto à ampliação das atividades exigidas pela NR-01, à integração das informações de SST, à comunicação operacional e à inexistência de sistema informatizado de acompanhamento e controle, evidenciando a necessidade de modernização e reestruturação do modelo adotado.

### **2.3 Descrição da Necessidade da Contratação**

A necessidade da contratação decorre da exigência de adoção de um modelo integrado, contínuo e tecnicamente estruturado de gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, capaz de contemplar, de forma coordenada, as atividades de Medicina Ocupacional, Engenharia de Segurança, Ergonomia e Avaliação Psicossocial. A adequada execução dessas atividades demanda atuação técnica multidisciplinar, padronização de procedimentos, consolidação das informações em ambiente informatizado e integração dos dados ao eSocial, de modo a assegurar o cumprimento das obrigações legais, a prevenção de riscos ocupacionais e a mitigação de passivos trabalhistas e previdenciários, garantindo a continuidade dos serviços e a eficiência administrativa no âmbito do CREFITO-8.

### **2.4 Interesse Público Envolvido**

A contratação atende ao interesse público ao promover a proteção da saúde e da segurança dos trabalhadores do CREFITO-8, assegurando ambiente laboral seguro, saudável e em conformidade com a legislação vigente. A adoção de uma solução integrada de Saúde e Segurança do Trabalho reforça os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021, além de contribuir para o fortalecimento da governança, da prevenção de riscos e da regularidade administrativa perante os órgãos de controle.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO**

### **3.1 Solução Proposta**

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação integrada e contínua de serviços de Saúde e Segurança Ocupacional, abrangendo as atividades de Medicina Ocupacional, Engenharia de Segurança do Trabalho, Ergonomia e Avaliação Psicossocial, com atuação em todas as unidades administrativas do CREFITO-8.

### **3.2 Escopo Integrado da Solução**

A solução contempla, de forma integrada e indissociável, os seguintes eixos de atuação:



### **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**3.2.1 Gestão Técnica e Documental:** elaboração, atualização periódica e controle dos programas, laudos e documentos legais de Saúde e Segurança do Trabalho, assegurando conformidade normativa, padronização técnica e rastreabilidade das informações;

**3.2.2 Avaliação e Gerenciamento de Riscos:** identificação, análise e controle dos riscos ocupacionais físicos, químicos, biológicos, ergonômicos e psicossociais, com incorporação dos fatores de risco psicossociais ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais;

**3.2.3 Medicina Ocupacional:** realização de exames ocupacionais, acompanhamento médico do trabalho, controle de aptidão laboral e suporte técnico às demandas relacionadas à saúde dos empregados;

**3.2.4 Capacitação e Prevenção:** execução de treinamentos obrigatórios e ações educativas voltadas à prevenção de acidentes, ergonomia, postura, combate a incêndio e promoção da saúde no ambiente de trabalho;

**3.2.5 Suporte Operacional Contínuo:** atendimento técnico remoto permanente para esclarecimento de dúvidas, acompanhamento de demandas e orientação à Administração.

### **3.3 Estrutura Técnica da Solução**

A solução deverá ser executada por equipe técnica multidisciplinar, composta por profissionais legalmente habilitados e com atribuições compatíveis com o objeto, garantindo a adequada cobertura técnica das atividades de Saúde e Segurança do Trabalho, incluindo, no mínimo, as responsabilidades relacionadas à Medicina do Trabalho, Engenharia de Segurança, Avaliação Psicossocial, Ergonomia, Treinamentos de Prevenção e Gestão de Informações de SST.

### **3.4 Recursos Tecnológicos e Gestão da Informação**

**3.4.1** A solução deverá incluir a disponibilização de sistema informatizado de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, com acesso remoto pelo CREFITO-8, destinado ao registro, controle, acompanhamento e consolidação das informações ocupacionais.

**3.4.2** O sistema deverá permitir a emissão de relatórios técnicos e gerenciais, o armazenamento seguro de documentos, o acompanhamento em tempo real das ações de SST e a integração automática dos dados e eventos ao eSocial, sob responsabilidade técnica da contratada.

**3.4.3** Todos os laudos, relatórios e documentos técnicos deverão ser disponibilizados em formato digital, com assinatura eletrônica dos responsáveis técnicos, observadas as normas aplicáveis e a legislação vigente.

### **3.5 Requisitos Essenciais da Solução**

A solução contratada deverá assegurar, de forma integrada:



#### CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- a) conformidade normativa integral com as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente quanto ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e à avaliação dos fatores de risco psicossociais;
- b) atualização periódica e tempestiva dos programas e laudos técnicos obrigatórios;
- c) realização de treinamentos e capacitações legais, com emissão de certificados válidos e rastreáveis;
- d) confidencialidade, integridade e proteção dos dados pessoais e sensíveis, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
- e) atendimento e suporte técnico remoto contínuo, por meio de canais eletrônicos, telefônicos e sistemas de registro de chamados, garantindo rastreabilidade e acompanhamento das solicitações.

A solução proposta assegura a adoção de modelo integrado, eficiente e preventivo de gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, alinhado aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e governança previstos na Lei nº 14.133/2021, garantindo a efetiva proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores do CREFITO-8.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### 4.1 Qualificação Técnica da Empresa

A empresa contratada deverá ser especializada na prestação de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho, possuindo estrutura operacional compatível com a execução do objeto, bem como equipe técnica multidisciplinar legalmente habilitada e devidamente registrada nos respectivos órgãos de classe competentes. A empresa deverá observar integralmente as disposições das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, em especial as NR nº 01, nº 07, nº 09 e nº 17, bem como a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde ocupacional aplicável.

**4.1.1 Experiência Previa:** A contratada deverá comprovar experiência na execução de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho de natureza e complexidade compatíveis com o objeto deste Termo de Referência, abrangendo, preferencialmente, a elaboração de PGR, PCMSO, LTCAT, laudos de insalubridade e periculosidade, avaliações psicossociais, treinamentos obrigatórios e gestão integrada de SST.

**4.1.2 Comprovação Técnica:** A empresa deverá apresentar atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, referentes a serviços executados nos últimos cinco anos, que evidenciem atuação com escopo, volume e complexidade compatíveis com o objeto, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

### 4.2 Registro Profissional



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**4.2.1** A empresa contratada deverá possuir registro regular nos conselhos profissionais competentes, quando exigido pela natureza das atividades desempenhadas, bem como manter situação cadastral ativa e regular durante toda a vigência contratual.

**4.2.2** Os responsáveis técnicos indicados para a execução dos serviços deverão possuir registro ativo e regular nos respectivos conselhos profissionais de classe, compatíveis com suas atribuições técnicas, observada a legislação aplicável a cada profissão.

**4.2.3** Durante toda a vigência contratual, a contratada deverá manter válidos e atualizados os registros profissionais e cadastrais exigidos para a execução do objeto, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

### 4.3 Composição da Equipe Técnica

**4.3.1** A contratada deverá disponibilizar equipe técnica qualificada e multidisciplinar, composta, no mínimo, pelos seguintes profissionais:

- a) Médico do Trabalho**, responsável técnico pela realização dos exames ocupacionais e pela coordenação do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional – PCMSO;
- b) Engenheiro de Segurança do Trabalho**, responsável técnico pelo Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR, pelo LTCAT e pelos laudos de insalubridade e periculosidade;
- c) Psicólogo(a)** com especialização em Psicologia Organizacional ou do Trabalho, responsável pela avaliação dos fatores de risco psicossociais, conforme o capítulo 1.5 da NR-01;
- d) Profissional Fisioterapeuta ou Educador Físico**, com experiência em ergonomia e treinamentos posturais;
- e) Instrutor ou Técnico de Segurança do Trabalho**, habilitado para a realização de treinamentos de combate a incêndio e evacuação;
- f) Assistente técnico ou Analista de Saúde e Segurança do Trabalho**, responsável pelo registro, controle, consolidação e integração das informações no sistema de gestão ocupacional e no eSocial.

**4.3.2** A contratada deverá apresentar, no início da execução contratual, a identificação da equipe técnica designada, contendo a indicação das funções, qualificações profissionais, registros de classe e currículos resumidos.

### 4.4 Vínculo dos Profissionais com a Empresa

**4.4.1** O vínculo entre os profissionais e a empresa poderá ser demonstrado por meio de:

- Contrato social
- Registro em carteira de trabalho (CTPS)





#### **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- Contrato de prestação de serviços
- Declaração de disponibilidade futura

**4.4.2** É vedada a exigência de vínculo empregatício prévio com a licitante.

#### **4.5 Metodologia de Trabalho**

A contratada deverá adotar metodologia de trabalho compatível com as boas práticas de gestão da Saúde e Segurança do Trabalho, alinhada aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e prevenção de riscos, contemplando planejamento das atividades, execução integrada, monitoramento contínuo e entrega periódica dos documentos e relatórios técnicos exigidos.

#### **4.6 Subcontratação**

Não será admitida a subcontratação do objeto, em razão da natureza integrada e contínua dos serviços de Saúde e Segurança Ocupacional, cujo fracionamento comprometeria a padronização técnica, a gestão dos riscos e a eficiência da execução contratual.

#### **4.7 Requisitos de Sustentabilidade**

A execução contratual deverá observar práticas ambientalmente responsáveis, priorizando a digitalização de documentos, a redução do uso de papel e insumos de impressão e a utilização racional de recursos, sempre que tecnicamente viável.

#### **4.8 Recursos Materiais e Operacionais**

A contratada deverá dispor de todos os recursos materiais, tecnológicos e operacionais necessários à execução do objeto, incluindo equipamentos de informática, softwares de gestão de Saúde e Segurança do Trabalho, ferramentas de análise técnica, meios de comunicação e recursos logísticos para a realização de atividades presenciais e remotas.

#### **4.9 Observância às Normas Técnicas e Legais**

A execução dos serviços deverá observar, integralmente, as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, a legislação trabalhista, previdenciária e de saúde ocupacional vigente, bem como as disposições da Lei nº 14.133/2021 e demais normativos aplicáveis à matéria.

#### **4.10 Sigilo e Confidencialidade**

A contratada e toda a equipe envolvida deverão manter sigilo absoluto sobre as informações, dados e documentos obtidos em decorrência da execução dos serviços, não podendo divulgá-los a terceiros sem autorização expressa do CREFITO-8, salvo por determinação legal ou judicial. Essa obrigação permanecerá válida mesmo após o encerramento do contrato, em conformidade com a legislação aplicável, inclusive a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

### **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **5.1 Condições de Execução**



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**5.1.1** A execução do objeto terá início com a emissão formal da Ordem de Serviço (OS), a qual será encaminhada à contratada por meio eletrônico. O início das atividades deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da Ordem de Serviço, observado o planejamento previamente acordado.

**5.1.2** A execução do objeto ocorrerá sob o regime de **empreitada por preço unitário (mensal)**, nos termos do art. 6º, inciso XXIX, da Lei nº 14.133/2021, abrangendo todas as etapas necessárias à plena e contínua execução dos serviços de Saúde e Segurança Ocupacional, incluindo avaliações técnicas, atendimentos presenciais e remotos, elaboração de programas, laudos, relatórios, treinamentos e integração de dados ao eSocial.

**5.1.3** A contratada deverá executar todas as atividades previstas neste Termo de Referência de forma integrada e contínua, observando rigorosamente as condições técnicas, operacionais e normativas estabelecidas, bem como os prazos legais aplicáveis a cada programa, laudo ou ação de Saúde e Segurança do Trabalho.

**5.1.4** A execução dos serviços compreenderá a gestão integral da Saúde e Segurança do Trabalho no âmbito do CREFITO-8, incluindo, no mínimo, a elaboração, atualização e manutenção do Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO), do Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), dos laudos de insalubridade e periculosidade, a realização de avaliações ergonômicas e psicossociais, a execução de exames ocupacionais, a promoção de treinamentos obrigatórios e a integração das informações e eventos de SST ao eSocial, em conformidade com as Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e demais legislações aplicáveis.

## **5.2 Descrição Detalhada das Etapas, Métodos e Procedimentos**

A execução dos serviços de Saúde e Segurança Ocupacional deverá observar as seguintes etapas, métodos e procedimentos técnicos:

**5.2.1 Planejamento das Atividades:** elaboração, pela contratada, do plano de trabalho inicial, contendo a metodologia a ser adotada, o cronograma das atividades presenciais e remotas, a definição das responsabilidades técnicas, o levantamento preliminar das informações e documentos necessários e a programação das avaliações e treinamentos.

**5.2.2 Execução das Atividades Técnicas:** realização das avaliações técnicas in loco nas unidades do CREFITO-8, abrangendo a identificação e análise dos riscos ocupacionais, avaliações ambientais, ergonômicas e psicossociais, exames ocupacionais, levantamentos para elaboração ou atualização dos programas e laudos obrigatórios e coleta das informações necessárias à gestão de SST.



## **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**5.2.3 Elaboração e Atualização dos Documentos Técnicos:** elaboração, revisão e atualização periódica dos programas, laudos e relatórios técnicos exigidos pela legislação, com consolidação das informações em formato digital e assinatura eletrônica dos respectivos responsáveis técnicos.

**5.2.4 Integração e Gestão das Informações:** registro, controle e integração dos dados de Saúde e Segurança do Trabalho no sistema informatizado de gestão de SST disponibilizado pela contratada, incluindo a transmissão dos eventos obrigatórios ao eSocial, sob sua responsabilidade técnica.

**5.2.5 Execução de Treinamentos e Ações Preventivas:** realização de treinamentos obrigatórios e ações educativas voltadas à prevenção de riscos, ergonomia, postura, combate a incêndio e evacuação, com emissão de certificados válidos e rastreáveis.

**5.2.6 Acompanhamento e Validação das Atividades:** acompanhamento contínuo da execução dos serviços, atendimento às demandas da Administração, esclarecimento de dúvidas técnicas e validação dos produtos entregues junto à fiscalização contratual do CREFITO-8.

### **5.3 Cronograma de Execução**

O cronograma de execução deverá ser apresentado pela contratada juntamente com o plano de trabalho inicial, no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a emissão da Ordem de Serviço, devendo contemplar as etapas, atividades periódicas e entregas previstas. O cronograma poderá ser ajustado mediante comum acordo com o CREFITO-8, sempre que necessário para adequação às demandas institucionais ou às exigências legais.

### **5.4 Local e Horário da Prestação dos Serviços**

Os serviços serão prestados de forma híbrida, com a realização de atividades presenciais nas unidades administrativas do CREFITO-8, localizadas nas cidades de Curitiba (sede), Londrina, Maringá e Cascavel, bem como a execução de atividades remotas compatíveis com a natureza do serviço. As avaliações técnicas, treinamentos e atendimentos que demandarem presença física ocorrerão in loco, enquanto as atividades de planejamento, elaboração de documentos, gestão de informações, suporte técnico e acompanhamento poderão ser realizadas remotamente, sem prejuízo da qualidade e da efetividade da execução contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

### **6.1 Rotinas de Fiscalização**

A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por equipe interna do CREFITO-8, formalmente designada por ato administrativo específico, em conformidade com o art. 117 da Lei nº 14.133/2021. Caberá à fiscalização contratual:



## **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**6.1.1** Verificar a conformidade dos serviços executados, dos programas, laudos, relatórios e treinamentos realizados com os requisitos estabelecidos neste Termo de Referência, na legislação aplicável e nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego;

**6.1.2** Acompanhar a execução contínua dos serviços, registrando ocorrências relevantes, não conformidades, atrasos ou falhas na prestação, bem como comunicar formalmente à contratada eventuais desvios de execução para adoção das medidas corretivas cabíveis;

**6.1.3** Avaliar e atestar a regularidade técnica dos serviços prestados, inclusive para fins de medição, aceite e liberação de pagamentos, mediante emissão de parecer técnico ou relatório de conformidade pela área responsável.

### **6.2 Providências da Administração**

Antes da celebração do contrato, a Administração do CREFITO-8 deverá adotar as seguintes providências:

**6.2.1** Designar formalmente o gestor e os fiscais do contrato, indicando as respectivas atribuições, em observância às disposições da Lei nº 14.133/2021;

**6.2.2** Organizar e disponibilizar à contratada as informações e documentos necessários ao início da execução contratual, tais como dados cadastrais dos empregados, histórico de exames ocupacionais, programas e laudos existentes, em formato físico ou digital, respeitada a legislação de proteção de dados pessoais;

**6.2.3** Promover, se necessário, a capacitação dos servidores designados como fiscais e gestores do contrato, de modo a assegurar o adequado acompanhamento técnico e administrativo da execução dos serviços;

**6.2.4** Disponibilizar infraestrutura adequada à execução dos serviços presenciais, incluindo acesso às unidades administrativas, apoio logístico e acesso aos sistemas institucionais pertinentes, sempre que indispensáveis à adequada execução do objeto.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **7.1 Forma de Medição**

**7.1.1** A medição dos serviços será realizada com base na execução contínua e na entrega dos produtos, serviços e atividades previstas neste Termo de Referência, mediante comprovação da conformidade técnica, documental e operacional pela fiscalização designada pelo CREFITO-8.

**7.1.2** Somente serão considerados como regularmente executados os serviços que apresentarem os resultados esperados, devidamente aprovados pelo fiscal do contrato e atestados por meio de Relatório de Conformidade Técnica, emitido pela área requisitante, considerando o cumprimento das obrigações legais, normativas e contratuais.



## **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

### **7.2 Condições de Pagamento**

**7.2.1** O pagamento será efetuado de forma periódica, conforme definido no contrato, após a verificação e o aceite dos serviços prestados no período de referência, desde que comprovado o cumprimento integral das obrigações contratuais, técnicas, fiscais e legais pela contratada.

**7.2.2** O pagamento será realizado em até 15 (quinze) dias úteis, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato.

**7.2.3** A equipe técnica do CREFITO-8 terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para analisar os serviços executados no período, emitir parecer técnico quanto à conformidade e proceder ao respectivo aceite.

**7.2.4** Caso sejam identificadas inconsistências, falhas ou necessidade de ajustes nos serviços, programas, laudos, relatórios ou treinamentos realizados, a contratada deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, sem ônus adicional para a Administração.

**7.2.5** Os pagamentos serão realizados por depósito bancário, em conta indicada pela contratada;

**7.2.6** Os valores contratados serão fixos, admitindo-se reajuste exclusivamente na hipótese de prorrogação contratual, observado o interregno mínimo legal e adotado como índice de reajuste o Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro que venha a substituí-lo.

**7.2.7** Atrasos na execução dos serviços ou no atendimento das obrigações contratuais imputáveis à contratada implicarão o adiamento proporcional do pagamento correspondente, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas previstas neste Termo de Referência e no contrato.

## **8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **8.1 Forma de Seleção**

A contratação será realizada por **Pregão Eletrônico**, conforme art. 28, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, uma vez que o objeto é classificado como serviço comum, com padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos.

### **8.2 Critério de Julgamento**

**8.2.1** O critério de julgamento adotado será o de menor preço, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de serviço comum.





### CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**8.2.2** A classificação das propostas será feita com base nos valores globais apresentados, sendo considerada mais vantajosa a proposta que apresentar o menor preço total, desde que atendidos todos os requisitos técnicos e formais estabelecidos no edital.

**8.2.3** Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021.

### **8.3. Exigências de habilitação**

**8.3.1.** Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

**8.3.1.1. Habilitação jurídica de pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**8.3.1.2. Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**8.3.1.3. Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-enegocios/pt-br/empreendedor>;

**8.3.1.4. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.1.5. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

**8.3.1.6. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**8.3.1.7. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;



#### **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**8.3.1.8. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

**8.3.1.9.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **8.3.2. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**8.3.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

**8.3.2.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

**8.3.2.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**8.3.2.4.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**8.3.2.5.** Certidões de regularidade no Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), emitidas pela Controladoria-Geral da União (CGU), Certidão de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade emitida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos emitida pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

#### **8.3.3. Cadastro de Contribuintes**

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, conforme o caso, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual, nos termos do art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A exigência da inscrição será determinada de acordo com a natureza da atividade exercida, observando-se:

**8.3.3.1.** Para serviços em geral, a inscrição no cadastro municipal, devido à incidência do ISS.



#### **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**8.3.3.2.** Para aquisições de bens ou serviços específicos tributados pelo ICMS, a inscrição no cadastro estadual.

#### **8.3.4. Regularidade Fiscal**

Prova de regularidade fiscal com a Fazenda Pública estadual e/ou municipal, conforme aplicável, relativa à atividade em cujo exercício o fornecedor contrata ou concorre, em conformidade com o art. 193 do Código Tributário Nacional e o art. 68, inciso II, da Lei nº 14.133/2021. A regularidade deverá ser comprovada:

**8.3.4.1.** Junto à Fazenda Municipal, para atividades sujeitas ao ISS.

**8.3.4.2.** Junto à Fazenda Estadual, para atividades sujeitas ao ICMS.

**8.3.5.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**8.3.6.** O fornecedor enquadrado como Microempreendedor Individual (MEI) que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da apresentação de prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal. A exigência será suprida mediante a apresentação do Certificado de Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), que já contém as informações pertinentes à sua inscrição nos referidos cadastros.

#### **8.4. Qualificação Técnica**

**8.4.1.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**8.4.2.** A declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação somente será exigida se a vistoria prévia do local de execução for considerada imprescindível para o pleno entendimento das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado. Alternativamente, poderá ser apresentada uma declaração do responsável técnico atestando o conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação, independentemente de avaliação local. Caso a avaliação local seja considerada desnecessária, a exigência desta declaração será suprimida. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

**8.4.3.** Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:



#### **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- a) A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
- b) A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
- c) A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
- d) O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
- e) A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- f) Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
  - i. ata de fundação;
  - ii. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
  - iii. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
  - iv. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
  - v. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
  - vi. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação.
- g) A cooperativa deverá apresentar a última auditoria contábil-financeira, conforme disposto no art. 112 da Lei nº 5.764/1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador. Quando aplicável, em conformidade com o § 9º do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, o edital poderá exigir atestados específicos relativos a potencial subcontratado, limitado a 25% do objeto a ser licitado. Nesse caso, mais de um licitante poderá apresentar atestados referentes ao mesmo subcontratado, desde que isso atenda a aspectos técnicos específicos exigidos pela Administração.

#### **8.5 Requisitos da contratação**

Também serão exigidos, no momento da habilitação da empresa, os requisitos de qualificação técnica, profissional e operacional, bem como os requisitos relativos à composição da equipe técnica,



## CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

à comprovação de experiência, à metodologia de trabalho, à sustentabilidade, ao sigilo das informações e às demais condições previstas no **Item 4 – Requisitos da Contratação** deste Termo de Referência, observados os limites e critérios estabelecidos no instrumento convocatório e na Lei nº 14.133/2021.

### 8.6 Regime de Execução

A execução do contrato dar-se-á sob o regime de **empreitada por preço unitário (mensal)**, nos termos do art. 6º, inciso XXVIII, da Lei nº 14.133/2021, abrangendo todas as atividades, recursos humanos, materiais, tecnológicos e logísticos necessários à plena e contínua execução dos serviços de Saúde e Segurança Ocupacional, conforme condições, prazos e cronograma definidos neste Termo de Referência e no contrato administrativo.

## 9. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

**9.1** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**9.2** Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

**9.2.1 Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

**9.2.2 Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;





**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**9.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

**9.2.4 Multa:**

**9.2.4.1** Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 10% (dez por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 24 (vinte e quatro) dias;

**9.2.4.2** Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

a) O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

**9.2.4.3** Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação;

**9.2.4.4** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação.

**9.2.4.5** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação.

**9.2.4.6** Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 30% (trinta por cento) do valor total da contratação.

**9.2.4.7** Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

**9.3** A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

**9.4** Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

**9.5** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

**9.6** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**9.7** A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**9.8** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**9.8.1** Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

**9.8.2** Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

**9.9** Na aplicação das sanções serão considerados:

- a)** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c)** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d)** os danos que dela provierem para o Contratante; e
- e)** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**9.10** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

**9.11** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções



## **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

**9.12** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**9.12.1** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

**9.13** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.14** Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

### **10.1 Valor Estimado**

O valor global estimado para a contratação é de **R\$ 51.646,87 (cinquenta e um mil, seiscentos e quarenta e seis reais e oitenta e sete centavos)**, apurado com base em pesquisa de preços disponível no **Painel de Preços do Governo Federal**, considerando contratações similares realizadas no âmbito da Administração Pública e parâmetros praticados pelo mercado para a prestação de serviços integrados e contínuos de Saúde e Segurança Ocupacional, conforme detalhado no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta o presente Termo de Referência.

### **10.2 Reajuste**

Os valores contratados serão fixos durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual. Em caso de prorrogação do contrato, será admitido reajuste anual, observado o interregno mínimo legal, com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC**, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

## **11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**11.1** Emitida dotação orçamentária para o objeto da contratação:



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2.272 – HUGO LANGE - FONE (41) 3264-8097 – CEP 80.040-170 - CURITIBA – PARANÁ

- **6.2.2.1.1.01.04.04.010 – Serviços de Medicina do Trabalho**



Documento assinado digitalmente  
**OSANA TERRINHA DA SILVA**  
Data: 23/01/2026 15:24:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Osana Terrinha da Silva  
Coordenadora-Geral



Documento assinado digitalmente  
**IZAIAS SOUSA SILVA JUNIOR**  
Data: 05/02/2026 16:43:03-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Izaías Sousa Silva Junior  
Assistente Administrativo



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

### CONTRATAÇÃO DE SOLUÇÃO PARA SERVIÇO INTEGRADO DE SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL DO CREFITO-8

#### INTRODUÇÃO

O presente Estudo Técnico Preliminar Complementar (ETPC) constitui a primeira etapa da fase de planejamento para futura **contratação de empresa especializada em serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST)**, compreendendo a elaboração de Laudo Técnico das Condições Ambientais do Trabalho (LTCAT), laudos de insalubridade e periculosidade, medicina ocupacional, treinamento postural, avaliação psicofisiológica/social, combate a incêndio e demais serviços correlatos, incluindo a adequação integral às novas exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), alterada pela Portaria MTE nº 1.419/2024.

A presente iniciativa visa **atender à atualização normativa que introduziu, no capítulo 1.5 da NR-01**, a obrigatoriedade de incluir os fatores de risco psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR). Paralelamente à inclusão dos novos itens, o presente estudo contempla também a **revisão e aprimoramento das condições técnicas e operacionais da atual contratação de Medicina do Trabalho**, com vistas a aperfeiçoar a gestão das informações de saúde ocupacional, a comunicação entre contratante e contratada e a utilização de tecnologias integradas.

Dessa forma, o ETPC tem por finalidade analisar tecnicamente a necessidade da ampliação e modernização dos serviços de SST, em observância aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade, transparência e sustentabilidade, conforme determina a Lei nº 14.133/2021. O estudo busca identificar as soluções mais vantajosas sob o ponto de vista técnico e financeiro, assegurando que a futura contratação atenda plenamente às novas exigências legais e às demandas institucionais do CREFITO-8.



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

## **1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE**

*(Art. 18, §1º, inciso I, Lei nº 14.133/2021)*

A presente contratação visa atender à necessidade institucional de adequação integral do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região (CREFITO-8) às novas disposições da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), atualizada pela Portaria MTE nº 1.419/2024, que introduziu a obrigatoriedade de identificação, avaliação e controle dos fatores de risco psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e no Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR).

Trata-se de medida de caráter preventivo e legalmente compulsório, cuja observância é indispensável à regularidade e à segurança das relações de trabalho no âmbito da Autarquia. Ainda que a Portaria MTE nº 765/2025 tenha prorrogado a obrigatoriedade da implementação desses dispositivos para maio de 2026, o CREFITO-8 opta por antecipar a adequação normativa, de modo a planejar e estruturar tempestivamente as ações de conformidade necessárias, evitando sanções, riscos ocupacionais e responsabilidades administrativas futuras.

A necessidade de contratação de empresa especializada decorre da complexidade técnica e multidisciplinaridade dos serviços exigidos pela NR-01 e pelas demais normas complementares (NRs 07, 09 e 17), os quais envolvem engenharia de segurança, medicina do trabalho, ergonomia, psicologia organizacional, e gestão de riscos ocupacionais. A execução adequada desses serviços requer profissionais com formação específica, registro em conselho de classe competente e domínio das metodologias de avaliação previstas nas normas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Além da adequação às novas exigências da NR-01, este estudo contempla a modernização e aprimoramento dos serviços já prestados no âmbito do contrato vigente de Medicina e Segurança do Trabalho. Foram identificadas, no curso da execução contratual, oportunidades de melhoria que podem elevar a eficiência e a integração do processo de gestão ocupacional, especialmente quanto:

- à comunicação entre a contratada e o CREFITO-8;
- à integração e transmissão de dados diretamente ao eSocial;
- à ausência de sistema informatizado de acompanhamento e controle das





**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

ações de SST; e

- à necessidade de padronização e automatização dos relatórios técnicos e gerenciais.

Essas oportunidades de melhoria evidenciam a necessidade de aperfeiçoamento do modelo atualmente adotado, de modo a fortalecer o cumprimento integral das obrigações legais e consolidar uma política institucional integrada de saúde e segurança ocupacional, em alinhamento às diretrizes atualizadas da NR-01 e às melhores práticas de gestão pública. A proposta do Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional visa, portanto:

1. Ampliar o escopo da contratação para incluir a avaliação dos riscos psicossociais e sua incorporação ao PGR e ao GRO;
2. Atualizar metodologicamente os instrumentos técnicos (LTCAT, laudos de insalubridade e periculosidade, PCMSO e treinamentos), conforme as novas diretrizes da NR-01 e NR-07;
3. Implantar melhorias operacionais e tecnológicas que permitam a gestão integrada das informações de SST, com interoperabilidade junto ao eSocial; e
4. Elevar o nível de prevenção e bem-estar laboral, fortalecendo a cultura de segurança, a saúde mental e a qualidade de vida no trabalho dos empregados da Autarquia.

Dessa forma, a contratação ora planejada revela-se indispensável para o cumprimento das obrigações legais trabalhistas e de segurança do trabalho, assegurando que o CREFITO-8 mantenha um ambiente laboral seguro, saudável e alinhado às boas práticas de gestão pública.

## **2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)**

*(Art. 18, §1º, inciso II, Lei nº 14.133/2021)*

A contratação do Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional encontra-se formalmente prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) do CREFITO-8 para o exercício de 2026, atendendo às diretrizes de planejamento estabelecidas na Lei nº 14.133/2021. A inclusão do serviço no PCA decorre da necessidade institucional de adequação do CREFITO-8 às novas exigências da Norma Regulamentadora nº 01 (NR-01), atualizada pela Portaria MTE nº 1.419/2024, bem como da modernização dos serviços de Medicina e Segurança do Trabalho já



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

prestados à Autarquia. A medida visa antecipar o cumprimento das obrigações legais relacionadas à identificação e gestão dos riscos psicossociais no ambiente laboral, conforme o capítulo 1.5 da NR-01, e aprimorar os mecanismos de controle, comunicação e registro das ações de SST, em conformidade com as boas práticas de governança pública.

### **3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

*(Art. 18, §1º, inciso III, Lei nº 14.133/2021)*

A execução do Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional requer a contratação de empresa especializada, com comprovação técnica e experiência prévia na execução de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), abrangendo a elaboração de LTCAT, laudos de insalubridade e periculosidade, PGR, PCMSO, treinamentos posturais e de combate a incêndio, avaliações psicossociais e programas de prevenção de riscos ocupacionais, nos termos das Normas Regulamentadoras nº 01, 07, 09 e 17 do Ministério do Trabalho e Emprego.

A empresa contratada deverá demonstrar capacidade técnica operacional e capacidade técnico-profissional compatíveis com o objeto, apresentando atestados de capacidade técnica que comprovem a execução de serviços de natureza semelhante, realizados para órgãos ou entidades públicas ou privadas, em conformidade com o art. 67 da Lei nº 14.133/2021.

O modo de execução contratual será o de empreitada por preço global, abrangendo todas as etapas necessárias à plena execução do objeto, inclusive deslocamentos, avaliações in loco, elaboração de laudos, relatórios e emissão de pareceres técnicos.

A composição mínima da equipe técnica a ser disponibilizada pela contratada deverá incluir, no mínimo:

- **Médico do Trabalho**, responsável técnico pelos exames ocupacionais e pelo PCMSO;
- **Engenheiro de Segurança do Trabalho**, responsável técnico pelo PGR, LTCAT e laudos de insalubridade e periculosidade;
- **Psicólogo(a) com especialização em Psicologia Organizacional ou do Trabalho**, responsável pela avaliação dos fatores de risco psicossociais,



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

conforme o capítulo 1.5 da NR-01;

- **Profissional de Educação Física ou Fisioterapeuta**, com experiência em treinamento postural e ergonomia;
- **Instrutor ou Técnico de Segurança**, habilitado para treinamentos de combate a incêndio e evacuação;
- **Assistente técnico ou Analista de SST**, com atribuição de registro, controle e integração de dados junto ao sistema de gestão ocupacional e ao eSocial.

A comprovação da qualificação técnica dos profissionais deverá observar o disposto no art. 67, da Lei nº 14.133/2021, sendo vedada a exigência de vínculo empregatício prévio entre os profissionais e a empresa licitante, admitindo-se a apresentação de declaração de disponibilidade futura.

A execução contratual deverá atender aos seguintes requisitos essenciais:

1. **Conformidade normativa integral** com a NR-01, especialmente no tocante ao Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO) e ao Inventário de Riscos Psicossociais;
2. **Integração automática dos registros e resultados das avaliações ao eSocial**, sob responsabilidade técnica da contratada;
3. **Elaboração e entrega de relatórios e laudos técnicos em formato digital**, com assinatura eletrônica dos responsáveis técnicos;
4. **Disponibilização de sistema informatizado de gestão de SST**, com acesso remoto e interface de acompanhamento em tempo real pelo CREFITO-8;
5. **Emissão e atualização periódica do PGR, LTCAT, PCMSO e demais documentos técnicos**, conforme prazos legais;
6. **Realização de treinamentos e capacitações obrigatórias**, com emissão de certificados válidos e rastreáveis;
7. **Garantia de confidencialidade e proteção de dados pessoais**, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 (LGPD);
8. **Observância integral das Normas Regulamentadoras** e demais legislações trabalhistas e previdenciárias aplicáveis.
9. **Atendimento e suporte técnico remoto, prestado por meio de sistema online, telefone, e-mail e aplicativo de mensagens** (como WhatsApp), garantindo respostas rápidas, registro de chamados e acompanhamento das



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

solicitações;

Esses requisitos asseguram que a futura contratação atenda simultaneamente aos princípios da legalidade, eficiência, economicidade e prevenção de riscos, conforme o planejamento estratégico da Autarquia e o dever de governança previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo a efetiva proteção à saúde e à segurança dos trabalhadores do CREFITO-8.

#### **4. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES E ABRANGÊNCIA TEMPORAL**

*(Art. 18, §1º, inciso IV, Lei nº 14.133/2021)*

A presente contratação abrangerá a prestação contínua dos serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST) no âmbito do CREFITO-8, compreendendo todas as suas unidades administrativas, localizadas nas cidades de Curitiba (sede), Londrina, Maringá e Cascavel, assegurando cobertura integral a todos os 43 empregados atualmente vinculados à Autarquia, independentemente de seu regime de trabalho.

##### **4.1. Quantitativo de servidores e abrangência estimada**

O contrato deverá atender de forma integral a aproximadamente 43 servidores. Esse quantitativo representa o universo atual de pessoal do CREFITO-8 e poderá sofrer variações durante a execução contratual, conforme alterações no quadro funcional ou abertura de novas unidades administrativas.

##### **4.2. Abrangência temporal**

O contrato terá vigência inicial de 12 (doze) meses, a contar da assinatura, podendo ser prorrogado anualmente por até 60 (sessenta) meses consecutivos, nos termos do art. 107, da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições vantajosas e a disponibilidade orçamentária.

##### **4.3. Periodicidade das atividades**

As atividades deverão observar a seguinte periodicidade mínima:

- **Diária:** prestação de suporte técnico remoto em tempo real, por meio de sistema online, telefone, e-mail e aplicativo de mensagens (como WhatsApp), com tempo máximo de resposta de até 1 (uma) hora após a abertura de chamado;
- **Mensal:** controle de exames ocupacionais, atualização dos registros no sistema e atendimento de demandas administrativas;



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

- **Trimestral:** reuniões de acompanhamento técnico e emissão de relatórios de desempenho;
- **Semestral:** revisão parcial dos programas de SST e das medidas de controle de riscos;
- **Anual:** atualização integral do PGR, LTCAT, PCMSO, inventário de riscos e treinamentos obrigatórios.

O cronograma detalhado de execução e de entregas será definido no Termo de Referência, observando as demandas e os prazos legais previstos nas Normas Regulamentadoras. Essas estimativas asseguram que o contrato tenha abrangência técnica e temporal compatível com o porte institucional do CREFITO-8, garantindo o atendimento integral das obrigações legais, a manutenção de um ambiente de trabalho seguro e saudável e o cumprimento dos princípios da eficiência e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **5. LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA** (Art. 18, §1º, incisos V e VI, da Lei nº 14.133/2021)

### **5.1 Levantamento de Mercado**

Durante a condução do estudo, observou-se que o mercado conta com diversas empresas especializadas na prestação de serviços integrados de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), que usualmente oferecem soluções abrangendo Medicina Ocupacional, Engenharia de Segurança, Ergonomia e Avaliação Psicossocial. Tais serviços vêm sendo progressivamente modernizados por meio de plataformas digitais de gestão ocupacional, assinatura eletrônica de laudos e integração com o eSocial, atendendo às novas exigências normativas e tecnológicas do setor.

### **5.2 Justificativa da Solução Escolhida**

A solução escolhida – **contratação de empresa especializada para execução do Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional** – apresenta-se como a opção mais eficiente e vantajosa para o atendimento das obrigações legais e normativas da Autarquia, em especial aquelas decorrentes da NR-01, atualizada pela Portaria MTE nº 1.419/2024, e das demais Normas Regulamentadoras correlatas.

A execução integrada dos serviços proporciona padronização técnica, maior



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

controle de prazos e qualidade na entrega dos documentos obrigatórios (PGR, LTCAT, PCMSO e laudos específicos), reduzindo a fragmentação contratual e os riscos de inconsistências entre os programas. Assim, a contratação proposta atende integralmente às diretrizes da Lei nº 14.133/2021, assegurando a vantajosidade, a eficiência e o alinhamento ao planejamento estratégico do CREFITO-8, além de contribuir para a valorização da saúde ocupacional e a conformidade institucional perante os órgãos de controle e fiscalização trabalhista.

## 6. ESTIMATIVA DE VALOR DA CONTRATAÇÃO

(Art. 18, §1º, inciso VI, e art. 23, da Lei nº 14.133/2021)

A estimativa de valor da contratação foi realizada durante a elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, com base em pesquisa de preços disponível no Painel de Preços do Governo Federal ([www.paineldeprescos.gov.br](http://www.paineldeprescos.gov.br)), utilizando como parâmetros contratações recentes e análogas voltadas à prestação de serviços integrados de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), abrangendo Medicina Ocupacional, Engenharia de Segurança e Avaliação Psicossocial.

Após a consolidação dos dados, foram encontrados **valores de referência variando entre R\$ 400,00 e R\$ 2.916,67 por colaborador/ano**, resultando no **valor médio estimado de R\$ 1.201,09, conforme a levantamento anexo a este estudo**. Com base nessa média e no quantitativo total de **43 empregados**, o **valor global estimado do contrato** é de aproximadamente **R\$ 51.646,87**, abrangendo todos os custos diretos e indiretos relacionados à execução dos serviços descritos neste ETP. O valor final estimado será **confirmado e atualizado** no momento da elaboração do **Termo de Referência**, com base na **média aritmética dos preços válidos obtidos**, devidamente documentados no processo administrativo.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

(Art. 18, §1º, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021)

A solução proposta consiste na contratação de empresa especializada para a prestação integrada de serviços de Saúde e Segurança do Trabalho (SST), sob a denominação Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional – SISSO, com atuação contínua e cobertura de todas as unidades do CREFITO-8. O objeto contempla a execução conjunta das atividades de Medicina Ocupacional, Engenharia





**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

de Segurança do Trabalho, Ergonomia e Avaliação Psicossocial, assegurando a conformidade da Autarquia às Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente à NR-01 (Gerenciamento de Riscos Ocupacionais e fatores psicossociais), à NR-07, NR-09 e NR-17.

A prestação dos serviços será estruturada em quatro eixos complementares:

1. **Gestão Técnica e Documental:** elaboração, atualização e controle dos programas e laudos legais obrigatórios, incluindo PGR, LTCAT, PCMSO, laudos de insalubridade e periculosidade, além do Inventário de Riscos Psicossociais;
2. **Monitoramento e Suporte Operacional:** atendimento técnico remoto diário, com resposta em até 1 hora, por meio de sistema, telefone, e-mail e aplicativo de mensagens, assegurando suporte em tempo real às demandas do CREFITO-8;
3. **Sistema Informatizado de Gestão:** plataforma eletrônica de SST com registro, rastreabilidade e integração automática ao eSocial, permitindo o acompanhamento das ações e indicadores pela Administração;
4. **Capacitação e Prevenção:** execução de treinamentos obrigatórios e programas de orientação ergonômica e postural, bem como campanhas educativas voltadas à promoção da saúde ocupacional e à prevenção de acidentes.

A execução contratual será realizada sob o **regime de empreitada por preço global**, abrangendo todas as atividades, deslocamentos, materiais, relatórios e encargos necessários à plena entrega do objeto. A adoção desse modelo proporciona **padronização técnica, racionalização administrativa e continuidade das ações de saúde ocupacional**, atendendo integralmente às exigências legais e às diretrizes do planejamento estratégico institucional do CREFITO-8.

## **8. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

*(Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021)*

Considerando a natureza integrada do objeto, que reúne atividades interdependentes e complementares nas áreas de Medicina Ocupacional, Engenharia de Segurança do Trabalho, Ergonomia e Avaliação Psicossocial, conclui-se que não é recomendável o parcelamento da contratação.



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

Os programas e laudos obrigatórios – como PGR, PCMSO, LTCAT, laudos de insalubridade e periculosidade e inventário de riscos psicossociais – compartilham informações técnicas e exigem análises coordenadas para garantir consistência, coerência metodológica e conformidade com as Normas Regulamentadoras. A fragmentação contratual poderia gerar divergências entre documentos, sobreposição de responsabilidades e aumento do risco de inconformidade, além de elevar custos administrativos e dificultar a fiscalização. Dessa forma, a contratação unificada assegura maior eficiência administrativa, padronização técnica e economicidade, ao concentrar a execução e a gestão em um único prestador, garantindo alinhamento entre as diversas etapas do processo de saúde e segurança ocupacional.

Contudo, ressalta-se que a opção pela não fragmentação não impede a contratada de firmar parcerias ou subcontratar serviços complementares, especialmente para atendimentos presenciais em municípios do interior do Estado, desde que tais parcerias estejam previstas no plano de execução e não impliquem custos adicionais ao CREFITO-8. Nesses casos, a empresa contratada permanecerá integralmente responsável pela qualidade técnica, prazos e conformidade dos serviços executados, respondendo por todas as atividades desenvolvidas por terceiros sob sua coordenação. Essa abordagem concilia a unidade técnica e a economicidade da contratação com a flexibilidade operacional necessária à cobertura das diversas regiões atendidas pelo Conselho, em conformidade com os princípios da eficiência, planejamento e vantajosidade previstos na Lei nº 14.133/2021.

## 9. RESULTADOS ESPERADOS DA CONTRATAÇÃO

*(Art. 18, §1º, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021)*

Com a implantação do **Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional**, o CREFITO-8 espera alcançar resultados concretos de aprimoramento da gestão institucional e fortalecimento das políticas de prevenção e promoção da saúde ocupacional. A contratação permitirá consolidar um modelo de gestão mais moderno, eficiente e orientado a resultados, assegurando a conformidade integral da Autarquia às exigências legais e normativas em matéria de segurança e saúde do trabalho.

Entre os efeitos esperados, destaca-se a ampliação da **governança e da conformidade regulatória**, com a atualização permanente dos programas e laudos



CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

obrigatórios e a adequação ao novo capítulo 1.5 da **NR-01**, que trata dos fatores de risco psicossociais. O serviço também promoverá a **padronização e digitalização dos processos de SST**, centralizando informações e registros em sistema informatizado próprio, com integração automática ao eSocial e geração de relatórios técnicos e gerenciais que servirão de base para o monitoramento contínuo das ações e decisões estratégicas.

A disponibilização de **atendimento remoto em tempo real** contribuirá para o aumento da eficiência administrativa, reduzindo o tempo de resposta a demandas técnicas e fortalecendo a comunicação entre as áreas internas e a empresa contratada. Espera-se, ainda, uma **redução significativa de riscos ocupacionais, trabalhistas e previdenciários**, com impacto direto na prevenção de afastamentos e no cumprimento tempestivo das obrigações legais.

Do ponto de vista institucional, a contratação tende a elevar o **nível de maturidade em governança e gestão de riscos**, permitindo que o CREFITO-8 atue de forma preventiva e baseada em evidências, com dados consolidados e auditáveis. No campo humano, prevê-se a **melhoria do ambiente de trabalho e da qualidade de vida dos servidores**, promovendo bem-estar, produtividade e engajamento.

Em síntese, o resultado esperado é a consolidação de uma política contínua e estruturada de **Saúde e Segurança do Trabalho**, que una conformidade legal, eficiência operacional e cuidado efetivo com o servidor, em alinhamento ao planejamento estratégico e aos princípios da **Lei nº 14.133/2021**.

## 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

*(Art. 18, §1º, inciso X, da Lei nº 14.133/2021)*

Antes da celebração do contrato, o CREFITO-8 deverá realizar ajustes internos que garantam a integração técnica e a eficiência na execução do Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional. Será necessário promover adequações nos fluxos administrativos e nos sistemas internos, de forma a permitir a integração direta dos relatórios técnicos e dos dados de saúde ocupacional ao assentamento funcional dos servidores, assegurando atualização contínua e rastreabilidade das informações.

Além disso, recomenda-se a organização prévia dos arquivos e registros funcionais existentes, reunindo laudos, exames e informações históricas que servirão de base para a elaboração dos novos programas e inventários de riscos. Essa



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

consolidação antecipada dos dados facilitará a análise técnica inicial da contratada e reduzirá o tempo de implantação dos serviços.

Por fim, deverá ser feita a definição prévia dos critérios e cronogramas de entrega, de modo a uniformizar os procedimentos de conferência, validação e arquivamento dos produtos técnicos, permitindo que os relatórios e documentos emitidos sigam padrão único e possam ser conferidos com segurança e agilidade.

Essas providências têm caráter técnico e preparatório, garantindo que, no momento da contratação, o CREFITO-8 disponha de estrutura administrativa e documental adequada para a execução imediata e eficiente do objeto.

## **11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS OU INTERDEPENDENTES**

*(Art. 18, §1º, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021)*

O objeto deste Estudo Técnico Preliminar possui relação direta de continuidade e substituição com o contrato atualmente vigente de prestação de serviços de saúde e segurança do trabalho, o qual atende às rotinas de medicina ocupacional e engenharia de segurança, mas não contempla integralmente as exigências introduzidas pela Portaria MTE nº 1.419/2024, especialmente quanto à avaliação dos fatores de risco psicossociais no contexto do Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO).

A nova contratação visa substituir o contrato atual de forma planejada e sem descontinuidade de serviços, garantindo a transição técnica e documental entre as empresas, com transferência segura de todos os laudos, registros e dados de histórico ocupacional dos empregados. Dessa forma, a presente contratação tem caráter substitutivo e evolutivo, representando a modernização da política de saúde e segurança do trabalho do CREFITO-8, com ampliação do escopo técnico, melhoria dos controles operacionais e adequação às novas exigências normativas e tecnológicas aplicáveis ao setor público.

## **12. IMPACTOS AMBIENTAIS**

*(Art. 18, §1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021)*

A execução do Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional não apresenta impactos ambientais diretos relevantes, uma vez que se trata de atividade essencialmente técnica e administrativa. Contudo, reconhece-se a possibilidade de ocorrência de efeitos indiretos, decorrentes principalmente do consumo de energia



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

elétrica, da utilização de equipamentos de informática, do eventual deslocamento de profissionais para visitas presenciais e do uso pontual de materiais de escritório.

Para mitigar esses impactos, deverão ser priorizadas práticas administrativas sustentáveis, como o uso preferencial de sistemas eletrônicos para elaboração, assinatura e arquivamento de documentos, reduzindo a necessidade de impressão e o consumo de papel. Sempre que possível, as reuniões técnicas, treinamentos e acompanhamentos deverão ser realizados por videoconferência, evitando deslocamentos desnecessários e, conseqüentemente, a emissão de poluentes.

Além disso, os resíduos provenientes das atividades administrativas e dos materiais utilizados em treinamentos presenciais deverão ter destinação adequada, observando as normas ambientais e de limpeza urbana aplicáveis. A contratada também deverá adotar condutas que favoreçam o uso racional de recursos e a minimização de desperdícios, contribuindo para a eficiência energética e a redução do impacto ambiental de suas operações.

Com essas medidas, o CREFITO-8 reforça o compromisso institucional com a sustentabilidade e com o princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto na Lei nº 14.133/2021, garantindo que a execução contratual ocorra de maneira responsável, eficiente e ambientalmente equilibrada.

### **13. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO**

*(Art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021)*

Diante dos elementos técnicos e jurídicos apresentados ao longo deste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação do Serviço Integrado de Saúde e Segurança Ocupacional (SISSO) mostra-se adequada, necessária e vantajosa para o CREFITO-8. A solução proposta atende às exigências legais previstas nas Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente à NR-01, atualizada pela Portaria MTE nº 1.419/2024, que determinou a inclusão dos fatores de risco psicossociais no Gerenciamento de Riscos Ocupacionais (GRO).

A contratação substitui o modelo atualmente em execução, ampliando o escopo técnico e promovendo a integração de todos os programas de saúde e segurança em um sistema único de gestão, mais moderno, eficiente e aderente às boas práticas de governança. O novo formato permitirá melhor controle dos dados, automação do envio das informações ao eSocial e melhoria significativa na



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

comunicação entre a contratada e a Administração, especialmente com o atendimento remoto em tempo real e a rastreabilidade integral das entregas.

Além de garantir a conformidade legal e a proteção da integridade física e mental dos servidores, a contratação proposta reforça o compromisso institucional do CREFITO-8 com a prevenção, a transparência e a eficiência na gestão pública. O modelo integrado proposto assegura continuidade administrativa, redução de riscos e adequação plena às normas trabalhistas, previdenciárias e de proteção de dados pessoais.

Assim, posiciona-se pela adequação e oportunidade da contratação, considerando-a tecnicamente justificada, economicamente vantajosa e juridicamente amparada, em conformidade com o art. 18, §1º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021 e com os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e sustentabilidade que regem a administração pública.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** OSANA TERRINHA DA SILVA  
Data: 04/11/2025 08:54:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Osana Terrinha da Silva  
Coordenadora-Geral

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** IZAIAS SOUSA SILVA JUNIOR  
Data: 04/11/2025 08:43:33-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Izaías Sousa Silva Junior  
Assistente Administrativo





CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

## MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO

**CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº \_\_\_\_/2026, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO E A EMPRESA\_\_\_\_\_.**

O Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região, com sede na Rua Padre Germano Mayer, 2272, Hugo Lange, CEP 80.040-170, Curitiba – PR, inscrita no CNPJ 68.576.800/0001-99, neste ato, representada por seu Presidente, Dr. Bruno Gil Aldenucci, doravante denominado CONTRATANTE, e \_\_\_\_\_, inscrito no CNPJ \_\_\_\_\_, sediado na \_\_\_\_\_, neste ato representada por \_\_\_\_\_, conforme documentos constitutivos da empresa, tendo em vista o que consta no Processo de Licitação Administrativo SEI nº 08.0818.000004/2025-89 e, em observância às disposições da Lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato Administrativo, decorrente do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/2026, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

### CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços integrados de saúde e segurança ocupacional, abrangendo, de forma contínua, atividades de medicina ocupacional, engenharia de segurança do trabalho, ergonomia, avaliação psicossocial, elaboração, atualização e gerenciamento do programa de gerenciamento de riscos (PGR), do programa de controle médico de saúde ocupacional (PCMSO), do laudo técnico das condições ambientais do trabalho (LTCAT), de laudos de insalubridade e periculosidade, bem como a realização de treinamentos obrigatórios e demais serviços correlatos, com disponibilização de sistema informatizado de gestão ocupacional e integração automática das informações ao eSocial, para atendimento das unidades administrativas do CREFITO-8.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO BÁSICA	QUANTIDADE	VALOR TOTAL

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente da transcrição:

- 1.3.1. O Termo de Referência.
- 1.3.2. O Edital da Licitação.
- 1.3.3. A proposta do contratado.
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência do presente Termo será de 12 (doze) meses, contados da publicação do extrato do contrato, na forma do art. 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2. A vigência contratual poderá ser prorrogada sucessivamente por iguais períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021, desde que mantidas as condições vantajosas para a Administração e haja disponibilidade orçamentária

### CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

### CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

#### **CLÁUSULA QUINTA – PREÇO**

5.1. O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_(\_\_\_\_\_).

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### **CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos durante os primeiros 12 (doze) meses de vigência contratual. Em caso de prorrogação contratual, será admitido reajuste anual, observado o interregno mínimo legal, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC, ou outro índice que venha a substituí-lo, nos termos da legislação vigente.

7.2. O reajuste contratual observará o índice estabelecido, com data-base a do orçamento estimado, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

#### **CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1. São obrigações do Contratante, além das previstas no Termo de Referência:

8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.1.5. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.1.8. Cientificar o órgão de representação, CREFITO-8, para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

8.1.10. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias;

8.1.12. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

9.1. As obrigações do contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD**

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificam seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6, da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados, com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

11.2. A garantia, manutenção e assistência técnica e demais condições encontram-se definidos no Edital, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. As infrações e sanções administrativas e demais condições a elas referentes encontram-se definidos no Edital, anexo a este Contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

13.1. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.1.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



#### **CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**

RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

13.1.3. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.4. O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

6.2.2.1.1.01.04.04.010 – Serviços de Medicina do Trabalho.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS**

15.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei n.º 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei n.º 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES**

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei n.º 14.133, de 2021.

16.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei n.º 14.133, de 2021).

16.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei n.º 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO**

17.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no sítio oficial na *Internet*, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012, bem como no Diário Oficial da União.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO**

18.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em Curitiba – PR, Seção Judiciária do Paraná, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei n.º 14.133/21.

---

Conselho Regional de Fisioterapia e  
Terapia Ocupacional da 8ª Região – CREFITO-8  
Bruno Gil Aldenucci  
CONTRATANTE



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – TELEFONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

---

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1ª

2ª



**CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 8ª REGIÃO**  
RUA PADRE GERMANO MAYER, 2272 – HUGO LANGE – FONE (041) 3264-8097 – CEP 80040-170 – CURITIBA – PARANÁ

## TERMO DE PROPOSTA

Ao Departamento de Licitações e Contratos

Ref.: Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_\_

Pelo presente instrumento, vimos apresentar nossa proposta de preços relativa ao objeto desta licitação, bem como as informações, condições da proposta e declarações exigidas no Edital do pregão citado.

1. Identificação do Licitante:

- Razão Social:
- Nome Fantasia:
- CNPJ e Inscrição Estadual:
- Endereço completo:
- Telefone, *fax*, *e-mail*:
- Banco, Agência e nº da conta-corrente:

Dados do Representante Legal, para assinar contrato:

- Nome:
- RG e CPF:
- Anexar cópia dos documentos acima e procuração.

2. Condições Gerais da Proposta:

A presente proposta é válida por 60 (sessenta) dias contados da data de sua apresentação.

3. Pelo presente, a empresa acima qualificada, por meio do signatário, que legalmente a representa, declara e garante que:

- a) Examinou cuidadosamente todo o Edital e Anexos e aceita todas as condições nele estipuladas e que, ao assinar a presente declaração, renuncia ao direito de alegar discrepância de entendimento com relação ao Edital;
- b) Que cumpre plenamente as disposições normativas relativas ao trabalho do menor, contida na Lei 9.854, de 27/10/1999 e na Constituição Federal de 1988;
- c) Que tomou conhecimento de todas as informações e das condições para cumprimento das obrigações, objeto da presente licitação;
- d) Que sua proposta engloba todas as despesas referentes à prestação dos serviços e produtos, bem como todos os tributos, seguros, encargos sociais, trabalhistas, equipamentos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham incidir sobre o objeto da licitação;
- e) Inexistência de fato superveniente impeditivo de sua habilitação.

4. Planilha de preços

ITEM	ESPECIFICAÇÕES BÁSICAS	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
1			

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.

(representante legal)  
**Carimbo e Assinatura**